

# Bibliotecas Públicas e Cidadania Activa

*Judite A. Gonçalves de Freitas*

Professora Associada – Universidade Fernando  
Pessoa  
Praça 9 de Abril, 349  
4249-009 Porto  
Tel: 912639082  
jfreitas@ufp.pt

*António Borges Regedor*

Professor Convidado da Universidade Fernando  
Pessoa  
Praça 9 de Abril, 349  
4249-009 Porto  
Tel: 917567620  
antonio.regedor@gmail.pt

## RESUMO:

Este estudo visa estabelecer uma relação entre a missão atribuída às Bibliotecas Públicas pelo Manifesto da UNESCO e os níveis de intervenção actualmente desenvolvidos pelas Bibliotecas da Rede Nacional de Leitura Pública ao nível da educação e informação para a cidadania (vulgo educação cívica).

O estudo procede, numa primeira parte, a uma sinopse das principais valências da Biblioteca Pública no combate à iliteracia nas suas diferentes formas, à exclusão e info-exclusão, assim como às responsabilidades que geralmente lhe são atribuídas no *self-learning* e no *life long learning*, ou em funções mais exigentes de transformar a informação em conhecimento procurando dar resposta às necessidades da sociedade pós-industrial (a que se convencionou chamar de Sociedade de Informação e do Conhecimento).

Numa segunda parte, procede-se à análise dos resultados de um Inquérito que lançámos a 142 unidades em funcionamento. Este questionário pretende fazer uma avaliação do tipo de serviços e das acções habitualmente desenvolvidas nas unidades com vista à promoção de competências para o exercício de uma cidadania activa.

## Abstract:

This study aims to establish a relationship between the purpose of Public Libraries, as established in the UNESCO Manifesto, and the degree of intervention presently undertaken by the Libraries within the Public Reading National Network, at the level of education and information for citizenship (alias civic education).

In the first part, the study establishes a synopsis of the major capabilities of the Public Library when addressing illiteracy in its various forms, exclusion and info-exclusion, as well as of the responsibilities that are usually attributed to

them in terms of self-learning and life-long learning, or in the even more demanding task of transforming information into knowledge, thereby fulfilling the needs of a post-industrial society (commonly called Information Society or Society of Knowledge).

In the second part, the results of an Inquiry applied to 142 units are analysed. This Inquiry attempts to evaluate the type of services and actions usually undertaken in these units with the objective of promoting competences for the exercise of an active citizenship.

**PALAVRAS-CHAVE:** Biblioteca Pública; Sociedade de Informação; Formação; Leitura; Leitura Pública; Literacia; Cidadania.

## INTRODUÇÃO

Este estudo visa estabelecer uma relação entre a missão atribuída às Bibliotecas Públicas pelo Manifesto da UNESCO e os níveis de intervenção actualmente desenvolvidos pelas Bibliotecas da Rede Nacional de Leitura Pública ao nível da educação e informação para a cidadania, vulgo educação cívica.

No sentido de atingirmos este desiderato procedemos, numa primeira parte, a uma resenha das principais valências da Biblioteca Pública no combate à iliteracia nas suas diferentes formas, à exclusão e info-exclusão, assim como às responsabilidades que geralmente lhe são atribuídas no *self-learning* e no *life long learning*, ou em funções mais exigentes de transformar a informação em conhecimento procurando dar resposta às

necessidades da sociedade pós-industrial, a que se convencionou chamar de Sociedade de Informação e do Conhecimento.

Numa segunda parte, procedemos à análise dos resultados de um Inquérito que lançámos a 142 unidades em funcionamento, sendo que apenas 129 (90.84%) têm Director. Deste inquérito por questionário fazem parte os dados de Identificação das Unidades, assim como um conjunto de cinco grupos de questões com um conjunto variável de actividades a promover pelas unidades. Este questionário pretendeu fazer uma avaliação do tipo de serviços e das acções habitualmente desenvolvidas nas unidades com vista à promoção de competências para o exercício da cidadania. Por conseguinte, a segunda parte deste estudo é dedicada à análise e à avaliação das unidades no seu conjunto enquanto espaços cívicos.

A primeira e a segunda partes complementam-se. Como iremos verificar, a análise de campo permitiu chegar à observação do mapa real das realizações práticas, proporcionando a resposta às questões que suscitaram a elaboração deste estudo: Em que medida a biblioteca pública constitui um espaço público de informação assumindo-se como um preponderante instrumento no combate à info-exclusão? Que meios, estratégias e serviços são utilizados na implementação de actividades que viabilizem a integração social dos munícipes? Ou seja, que actividades têm sido promovidas pelas Bibliotecas Públicas portuguesas de Norte a Sul do país no sentido de facultar as competências necessárias ao exercício de uma cidadania activa?

## **Bibliotecas, Informação e Cidadania**

*“O direito à informação é um direito político das sociedades democráticas. Um direito imprescindível para a participação política (...) sem comunicação pública livre não existe democracia”* (tradução nossa) [1].

De outro lado, o *Manifesto da Unesco* assinala que:

*“A liberdade, a prosperidade e o desenvolvimento da sociedade e da pessoa são valores humanos fundamentais que só podem alcançarem-se se cidadãos bem informados puderem exercer os seus direitos democráticos e desempenhar um papel activo dentro da sociedade.”* [2].

A ideia que temos quando falámos em Biblioteca Pública é de que esta se encontra preferentemente vocacionada para a leitura, especialmente de livros. O aparecimento da sociedade da informação e do conhecimento [3] ao proporcionar a transferência de suporte e ao impor novas formas de leitura originou uma readaptação do sentido tradicional da «leitura» [4]. De facto, as transformações materiais de produção do escrito proporcionaram uma alteração das práticas culturais de leitura. À leitura de carácter intensivo e linear veio juntar-se a leitura não linear e extensiva para que Roger Chartier já chamou a devida atenção [5]. Por isso se diz que ocorreu uma mudança de paradigma que para muitos estudiosos ainda não se sabe claramente o que é e o que dele vai resultar. De acordo com Lozano Díaz,

*“la sociedad industrial le está cediendo lugar a otra donde o principal recurso económico es y será el conocimiento y el desarrollo de la inteligencia. El conocimiento (...) sustituirá, porque puede hacerlo, a cualquier factor tradicional de producción, como tierra, trabajo y capital.”* [6].

Consequentemente, na sociedade pós-industrial [7], o conceito de leitura foi-se moldando às novas realidades socio-culturais e tecnológicas, e a leitura como prática cultural assumiu novas e diversificadas dimensões [8]. Hoje em dia, o gesto cultural da leitura está estreitamente relacionado com o conceito de literacia [9] e envolve a capacidade de uso coordenado de um conjunto de competências [10] que vão muito além de “*percorrer com a vista (texto, sintagma, palavra), interpretando-o por uma relação estabelecida entre as sequências de sinais gráficos escritos*” [11] que representam, na transcrição de uma língua, um fonema ou grupo de fonemas.

*“Numa sociedade caracterizada pela emergência do paradigma da informação tecnológica (...) as bibliotecas públicas podem ver reforçado o seu papel tradicional de lugares de livre acesso à educação, à cultura e ao conhecimento”* [12].

Actualmente a leitura ou a literacia, entendida num contexto mais amplo, constitui uma experiência participativa e única, um gesto de organização mental e interpretação crítica da informação contida nos caracteres gráficos, independentemente do seu suporte (digital, impresso, etc).

A sociedade de informação e do conhecimento trouxe com ela o incremento da utilização de novas tecnologias de informação e comunicação, possibilitou a eclosão de novos serviços nas bibliotecas, e simultaneamente proporcionou o aparecimento de novos métodos de trabalho e alargadas responsabilidades sociais, nomeadamente no que diz respeito ao direito que todos os homens têm de saber e o direito à inclusão social. A sua vocação universalista de difundir a informação para

todos em igualdade de circunstâncias independentemente do sexo, etnia, família, genealogia, religião ou outra diferenciação de *pertença* (o carácter não discriminatório), impõe-lhe importantes responsabilidades no incremento de novas formas sociais de participação, designadamente através de projectos culturais para que são bem vindos todos os cidadãos. A teoria de que a biblioteca pública “*deve hacer de todo para todo el mundo y ahora deve volver a centrarse y escuchar lo que sus clientes desean ha sido adoptada por los directores de las bibliotecas publicas en todo el mundo*” [13], expandiu-se de tal modo que segundo Kay Poustie, terá proporcionado o surgimento de alguma controvérsia a respeito das funções que cabem à biblioteca, como a de Lowell Martin, nos Estados Unidos, que alertou para o facto de a biblioteca correr o risco de perder eficácia de intervenção na medida em que é chamada a desempenhar múltiplas e exigentes funções para as quais não estava devidamente preparada [14]. Esta ideia promoveu um interessante debate e proporcionou a aplicação de um programa pela *Public Library Association* (PLA) sobre a planificação das actividades bibliotecárias. Deste trabalho resultou a elaboração do mapa funcional da biblioteca onde se enunciam as oito áreas preferenciais de intervenção da biblioteca pública [15], designadamente a promoção de actividades para a comunidade, a informação à comunidade, o apoio ao ensino formal, um meio de aprendizagem independente, a porta de aprendizagem pré-escolar, a biblioteca de referência, uma unidade de investigação e a biblioteca como instituição de materiais populares [16].

Por conseguinte, no quadro de referência das responsabilidades acometidas à biblioteca

pública, cabe-lhe um inestimável papel na promoção da educação cívica, “isto é: a preparação que faculta para viver politicamente com os outros na cidade democrática, participando na gestão paritária dos assuntos públicos (...)” [17].

No presente dá-se particular realce ao papel a desempenhar no âmbito da formação para a cidadania das *learning organizations* ou organizações que aprendem como instituições que se caracterizam por dispor de conhecimento e experiência suficientes para evoluir e adaptar-se às necessidades do mercado e das pessoas ou grupos com os quais mantêm uma relação de proximidade (*stakeholders*) [18]. Na sociedade actual são os cidadãos que exigem que as organizações sejam cada vez mais eficientes e permanentes na observância dos respectivos deveres civis. A ideia de que o «conhecimento» é um factor de desenvolvimento e promoção individual e colectivo implicou uma modificação nas formas de trabalhar nos serviços públicos, crendo que havia que adaptá-las à mudança, e orientá-las para a satisfação das necessidades dos cidadãos. Daí as maiores preocupações com a planificação estratégica, com o desenho do perfil organizativo das unidades documentais e a motivação dos recursos humanos, tendo em vista uma resposta às exigências do modelo actual de informação social.

Mas não esqueçamos que a biblioteca pública é também um espaço privilegiado de socialização (uma estrutura social e cívica). Dispondo de especiais, diversificadas e influentes condições de aproximação ao meio comunitário onde está inserida, a biblioteca, pode e deve ser o pólo aglutinador dos cidadãos e nessa medida promover no seu seio actividades de formação

que visem a literacia e a info-literacia, a diferentes níveis e em vários contextos humanos e sociais, que tenham em vista o exercício de uma cidadania crítica e participativa. Por outro lado, à biblioteca pública, enquanto serviço público, compete promover a cooperação interfuncional, especificamente através do trabalho em equipa [19]. Hoje é evidente para as organizações que

“(...) *el personal es el elemento clave para su éxito. Y consecuentemente los servicios públicos tendrán que proponer también un cambio radical construyendo un capital humano en el que la meritocracia sustituya a la tecnocracia y en el que la innovación forme parte de la administración.*” [20].

Nos dias que correm, a motivação dos recursos humanos é essencial para o êxito no campo organizacional. Por seu lado, no âmbito da cultura organizacional, a gestão de competências está a substituir o anterior método da definição de funções [21].

De outro lado, no plano das relações exteriores, a biblioteca deve criar condições para a realização de acordos de cooperação com outras instituições públicas ou privadas, no sentido de promoverem acções que viabilizem a formação do cidadão «integral», capaz de pensar e decidir de forma autónoma e responsável.

De acordo com o *Manifesto da Unesco*, a Biblioteca deve incluir nas suas colecções e serviços todos os tipos de suporte e tecnologias modernas apropriadas, bem como fundos tradicionais [22]. Por conseguinte, a Biblioteca, dando cumprimento a uma exigência social dos nossos dias, deve prover ao conjunto de serviços especialmente concebidos para que o cidadão adquira competências para “*transformar a informação em conhecimento*” [23].

Na opinião de Abad Amorós,

*“Las sociedades de la información se caracterizan por basarse en el conocimiento y en los esfuerzos por convertir la información en conocimiento. Cuanto mayor es la cantidad de información generada por una sociedad, mayor es la necesidad de convertirla en conocimiento”* [24].

A biblioteca pública deve fomentar do uso autónomo da informação por parte dos utilizadores [25]. Uma forma de conceber o acesso à informação passa pela democratização e universalização dos meios e instrumentos de aprendizagem, de aquisição do saber e conhecimento da informação. Para tal é preciso não descurar o incremento de actividades que apoiem, a curto prazo, a educação informal dos utilizadores nas novas tecnologias de informação e comunicação (info-educação), mas também desenvolver estratégias educativas especificamente para grupos social e tecnicamente excluídos. Para além deste tipo de acções, há que atender às necessidades de promoção continuada da educação de jovens e de adultos, quer pelo designado *self learning*, quer pelo *life long learning* [26]. Os responsáveis pela biblioteca nos países desenvolvidos consideram que a biblioteca pública detém, nos nossos dias, uma nova função: *“la de centro para a aprendizagem permanente y el aprendizaje autodirigido, que utiliza las nuevas tecnologías y las pone al alcance del público en general.”* [27].

Em Portugal, as actividades promovidas pelo IPLB (Instituto Português do Livro e da Biblioteca), em conjugação com outros organismos do Estado, têm tido como objectivo promover a leitura e a literacia, e neste aspecto cabe salientar o programa da RCBP (Rede de

Conhecimento das Bibliotecas Públicas) que pretende, e cito *“Qualificar os portugueses para a sociedade do conhecimento”*. Este projecto considera-se estruturante da Rede Nacional de Bibliotecas Públicas, prevendo que,

*“até final de 2006, 150 bibliotecas estejam ligadas em rede, através de uma ligação em banda larga, partilhando recursos e funcionalidades, disponibilizando conteúdos e, sobretudo, prestando aos seus utilizadores, os leitores, todas as mais-valias de uma partilha e cooperação alargadas”* [28].

Os destinatários são as Bibliotecas Públicas, os profissionais, os utilizadores das bibliotecas e o público em geral. Este programa tem como um dos principais objectivos disponibilizar a todos os munícipes serviços de informação actualizados e, simultaneamente, viabilizar os meios necessários para a disponibilização de serviços de auto-aprendizagem. Conforme sabemos, uma política pública que pretenda combater a iliteracia e a info-exclusão tem uma dimensão democrática que é incontestável [29].

A nível internacional, conhecemos as directrizes da *IFLA/UNESCO* que relativamente aos serviços das bibliotecas públicas definem que as bibliotecas são instrumentos para a igualdade de oportunidades e devem constituir uma rede de segurança contra o risco que correm alguns sectores da sociedade de alienação e exclusão social dos avanços tecnológicos, transformando-se na porta electrónica de acesso na era digital. Devem possibilitar a todos os cidadãos o acesso à informação, o que permitirá a estes gerir as suas vidas a nível local, adquirir informação

essencial sobre o processo democrático e participar de forma positiva numa sociedade cada vez mais globalizada [30].

Neste contexto, a Universidade de Warwick (Reino Unido), levou a cabo um projecto de investigação com o objectivo de saber qual o papel dos serviços da biblioteca e da informação na promoção da aprendizagem permanente e concluiu que

*“Los servicios bibliotecarios son parte de una relación triangular com la enseñanza y el aprendizaje en la que se desarrollan nuevos tipos de transmisión y obtención de información a fin de mejorar las perspectivas permanentes individuales y colectivas que prometen la integración social y el éxito económico.”* [31].

De facto, a biblioteca pública pelo conjunto alargado de valências de que dispõe, bem como pelas características de que se reveste (Fuentes, 1999), é um espaço por excelência de cidadania. O carácter público e de livre acesso a todos os cidadãos, sem discriminação de nenhum tipo, a gratuidade na fruição de meios de aprendizagem, educação e aquisição de saber (cultura), constituem os seus principais traços definidores e os seus maiores atractivos. Mas para que cumpra a sua missão, é necessário preparação e actualização do respectivo *staff*, uma racional e adequada utilização dos espaços e meios de gestão que visem o aumento da qualidade de desempenho junto dos respectivos consumidores [32].

Os desafios que hoje se colocam à Biblioteca Pública são múltiplos, constituindo um dos principais - o combate à info-exclusão -, sem o

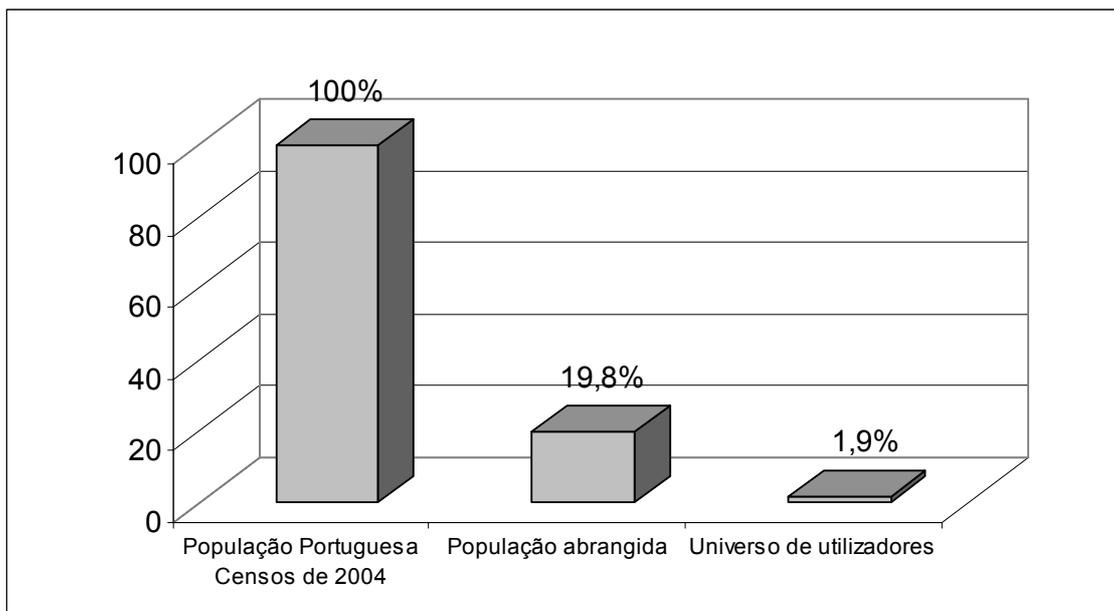
qual não teremos uma verdadeira «sociedade de cidadãos». O exercício da cidadania implica informação, conhecimento, diria mais, compreensão e discernimento. Do nosso ponto de vista, a Biblioteca deve assumir-se como um espaço privilegiado de construção e fomento da cultura cívica, desenvolvendo uma intensa actividade de integração sócio-cultural. Aos poderes públicos compete a criação de condições suficientes para que as bibliotecas ampliem o acesso à informação a todos os cidadãos garantindo a melhoria da qualidade da nossa democracia [33].

Vejamos então quais são actualmente as actividades promovidas pelas bibliotecas da rede de leitura pública no sentido de devolver aos municípios as competências fundamentais ao exercício de uma cidadania activa.

#### **Análise das acções promovidas pelo universo de Bibliotecas da Rede de Leitura Pública identificado**

O estudo incide sobre o conjunto de bibliotecas inauguradas pertencentes à Rede Nacional de Leitura Pública até de Janeiro de 2006, num total de 142, e destas apenas conseguimos recolher a informação pretendida relativamente a 94, ou seja, 66,1 % do total.

Procedeu-se inicialmente à elaboração do inquérito por questionário tendo em vista a análise de variados tipos de dados, uns de carácter geral, como por exemplo o total de utilizadores das bibliotecas em relação ao universo de população abrangida. Veja-se o gráfico seguinte:

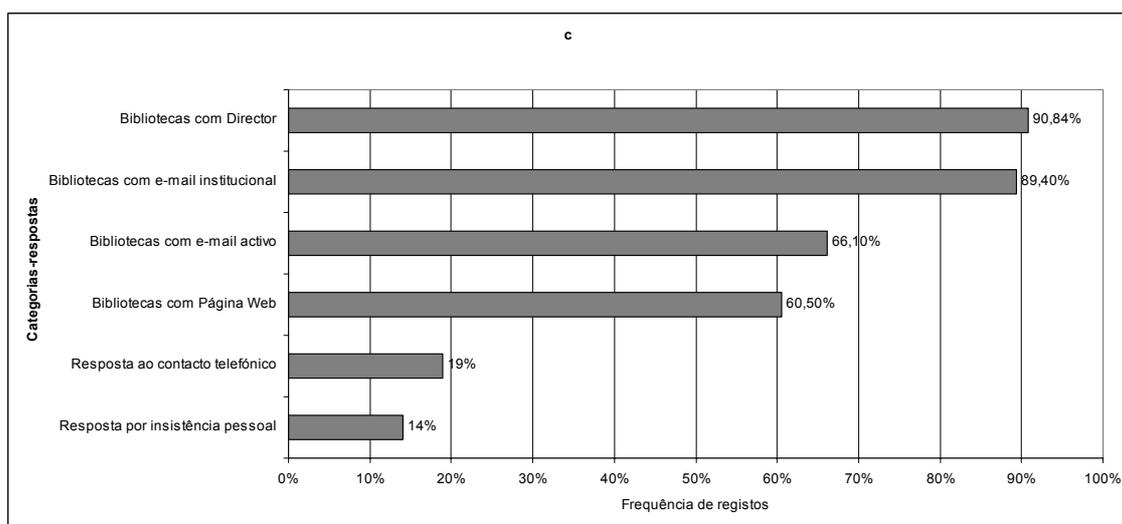


**Gráfico 1 : Universo em Estudo**

De igual modo, procedemos ao levantamento das características gerais da Rede Nacional de Bibliotecas Públicas consideradas neste estudo (142) (Gráfico II), o tipo de actividades habitualmente promovidas pelas bibliotecas (Gráfico III); as acções que promovem o exercício de uma cidadania activa (Gráfico IV); temáticas de cidadania desenvolvidas em cooperação com outras instituições (Gráfico V); os meios utilizados para a divulgação das actividades (Gráfico VI) e, finalmente, as actividades especialmente desenvolvidas para grupos minoritários (Gráfico VII). Optou-se por enviar o inquérito por correio electrónico. Este

método permitiu avaliar a capacidade de resposta por via electrónica das unidades em causa. O resultado desta prática revelou-se suficientemente esclarecedor, pois o valor ganha maior importância por se tratar de instrumentos e serviços de inegável papel na resposta e satisfação das novas necessidades derivadas do desenvolvimento da sociedade da informação e da info-literacia. Segundo o *Manifesto da IFLA/Unesco* é missão da Biblioteca Pública “Facilitar o desenvolvimento da capacidade de utilizar a informação e a informática” [34].

Os indicadores obtidos relativos à Rede Nacional de Leitura Pública são esclarecedores.

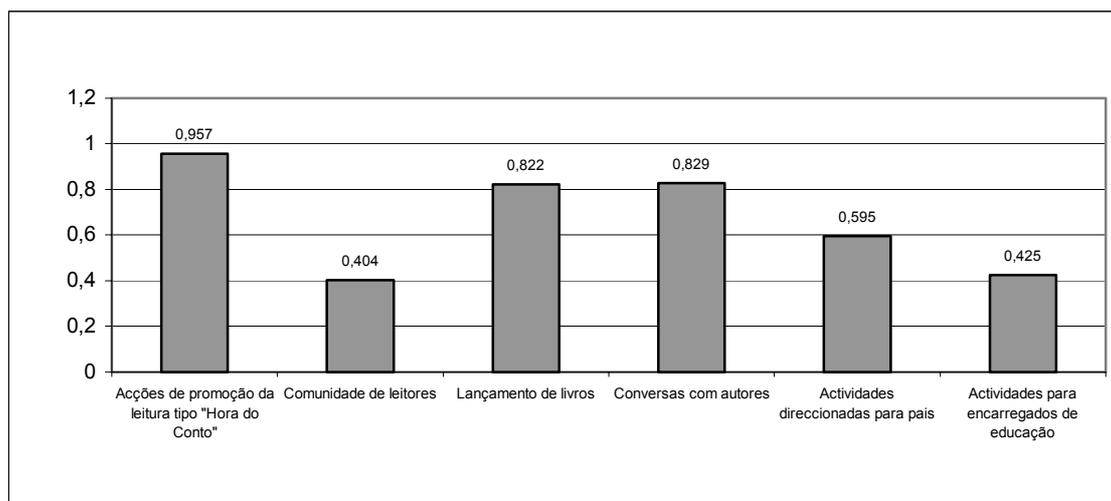


**Gráfico 2 : Rede Nacional de Bibliotecas Públicas**  
**142 unidades**

Contrariamente ao que seria de esperar, só 86 bibliotecas (60,5%) possuem páginas Web. Das 127 (89,4% do total) que indicam ter e-mail institucional, apenas 94 (66,1% do total) o possuem activado. De um total de 94 com e-mail activo, apenas 27 bibliotecas (19% do total) responderam ao contacto via e-mail. Posteriormente mais 20 unidades, 14% do total fizeram-no por insistência pessoal através de contacto telefónico. Verificou-se igualmente que 13 das Bibliotecas da Rede de Leitura Pública não possuem Bibliotecário, ou seja, 9,8% do total. Mesmo assim foi-nos possível

nesta amostra abranger dois milhões e oitenta e quatro mil e novecentos e cinquenta cidadãos.

Destes apenas 10% são utilizadores de bibliotecas. Quanto à análise interpretativa dos dados consignados nos inquéritos podemos adiantar que um núcleo maioritário de bibliotecas faz incidir, o mais das vezes, as respectivas actividades na realização e promoção de acções que podemos considerar 'clássicas', no sentido de tradicionais, tais como as vocacionadas para a promoção exclusiva de leitura de lazer, que na opinião fundada de Gérard Mauger e Claud Poliak se situa a um nível elementar, digamos [35].

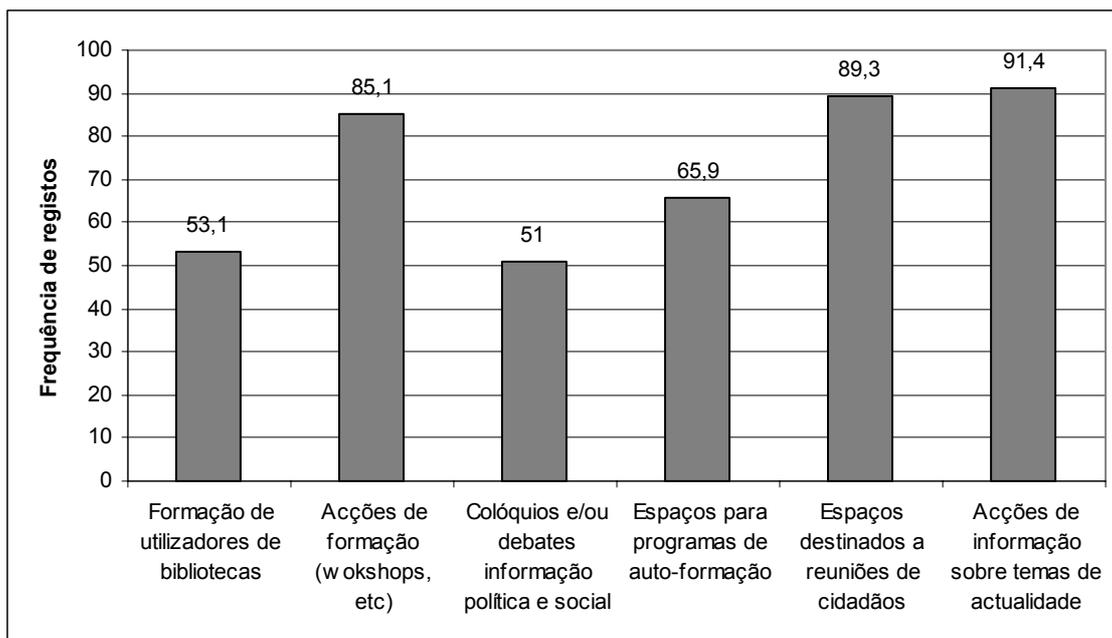


**Gráfico 3 - Tipologia de acções habitualmente promovidas**

De igual modo, constatámos que são as actividades de animação do tipo “hora do conto” que detêm um valor percentual manifestamente mais elevado, com 96%, logo seguidas das conversas com autores (83%) e do lançamento de livros (82%). As duas últimas, numerosas vezes, detêm um de cariz marcadamente comercial. Num plano secundário estão as actividades direccionadas para os pais (60%), os encarregados de educação (43%) e as comunidades de leitores (40%). Estas têm sofrido, e bem, um forte incentivo nos últimos tempos por parte do IPLB. Um dos principais programas do IPLB que tem em vista a promoção da leitura e o aumento das comunidades de leitores é o designado *Programa de Itinerâncias*, que consta já de cerca de 400 acções desde *ateliers*, espectáculos, comunidades de leitores,

exposições, entre outras. Conforme se pode ler no site do IPLB:

*“A partir de 2002, consciente de que este Programa deveria ser preferencialmente um instrumento para a criação de novos públicos leitores através de uma política activa de combate à iliteracia e aos baixos níveis de leitura, o IPLB inflectiu a sua estratégia e elegeu como essenciais as acções dirigidas ao público infanto-juvenil (...) o IPLB reforçou substantivamente, no seu Programa de Itinerâncias, quer as acções dirigidas directamente ao público infanto-juvenil, quer sobretudo as acções dirigidas aos mediadores da leitura, dado o seu efeito multiplicador” [37].*

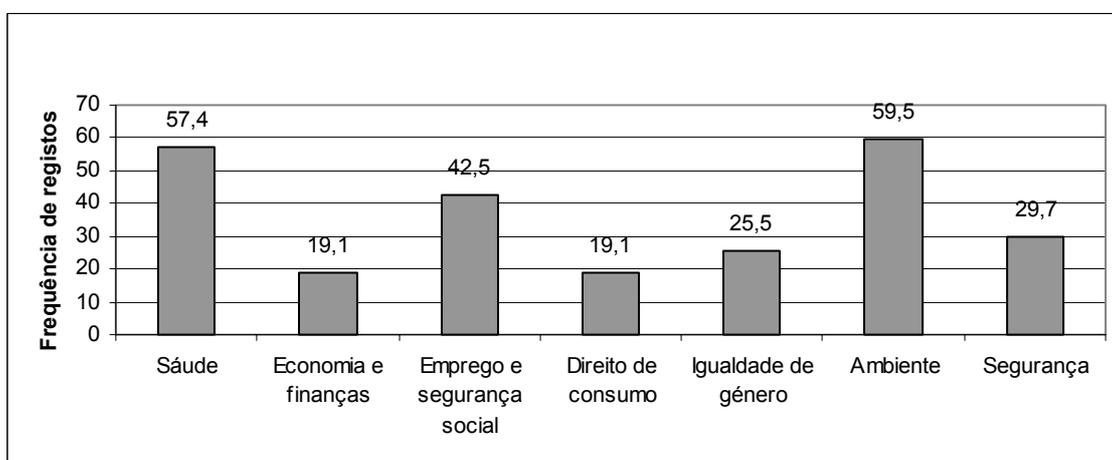


**Gráfico 4 - Acções de formação para a cidadania**

Na perspectiva da promoção de acções para a cidadania, as bibliotecas, na sua generalidade, dizem realizar acções de informação sobre temas de actualidade (91,4% do total das inquiridas) e disponibilizam espaços para a realização indiferenciada de acções de formação sobre temas da actualidade essencialmente em formato *workshop* (85,1%).

Num plano mais abaixo situa-se a concessão de espaços para auto-formação ou *self learnig* [38]

(cerca de 65% do total), os colóquios e/ou debates de temática político-social são objecto de preocupação de apenas pouco mais de metade das unidades (51% do total). E inesperadamente pouco mais de metade das bibliotecas faz formação de utilizadores (53% do total).

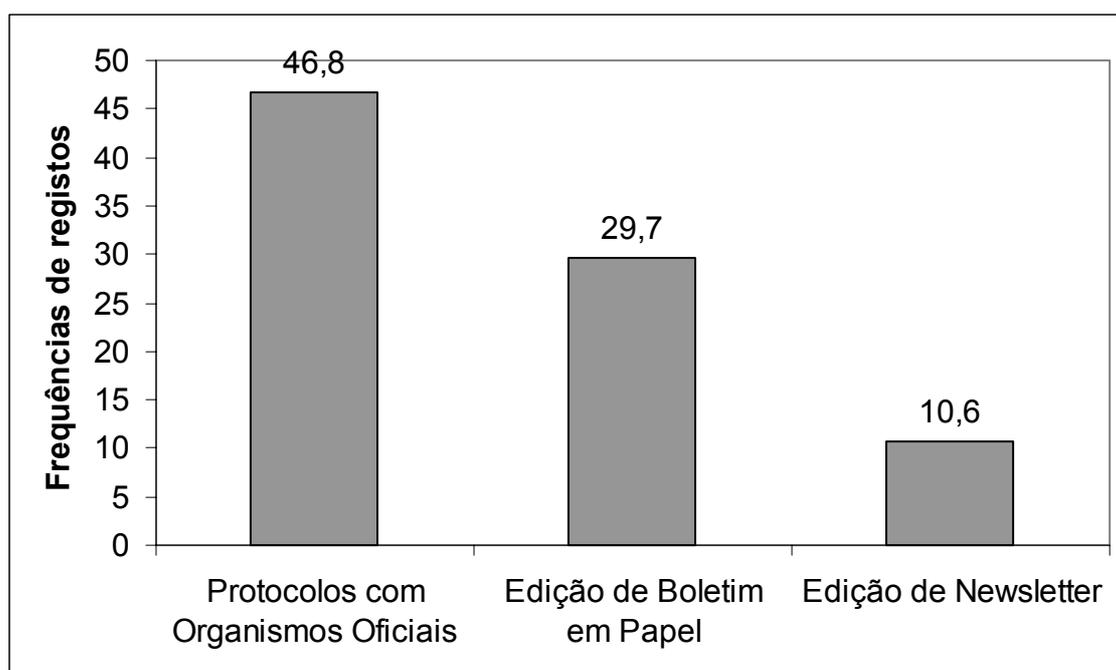


**Gráfico 5 - Temáticas para a cidadania desenvolvidas em cooperação**

Por seu lado, viemos a constatar, pela distribuição percentual dos inquiridos, que só cerca de metade das bibliotecas realiza acções de temática para a cidadania em cooperação. Quanto às temáticas abordadas maioritariamente, situam-se num primeiro grupo as acções sobre o Ambiente e a Saúde (com valores percentuais que rondam os 59,5% e 57,4 % respectivamente). Com valores percentualmente mais abaixo encontram-se as actividades de esclarecimento sobre o Emprego e a Segurança social (42,5%). Num nível inferior, encontramos o sector da Segurança e Igualdade de Género (25,5%), não obstante se tratar actualmente de problemáticas de grande incidência social.

Mais uma vez e de forma inesperada, a Economia e Finanças e o Direito de Consumo - a designada literacia económica [39], áreas de forte impacto na vida das pessoas, têm reduzida preocupação nas acções de promoção da cidadania nas bibliotecas (rondando ambas os 19%). Mas sobre este aspecto nunca é demais relembrar que é missão da Biblioteca Pública: *“Proporcionar serviços de informação adequados às empresas locais, associações e grupos de interesse”* [40].

O número de bibliotecas que têm protocolos estabelecidos com organismos oficiais é menos de metade das unidades inquiridas (46,8%).



**Gráfico 6 - Meios de divulgação das actividades**

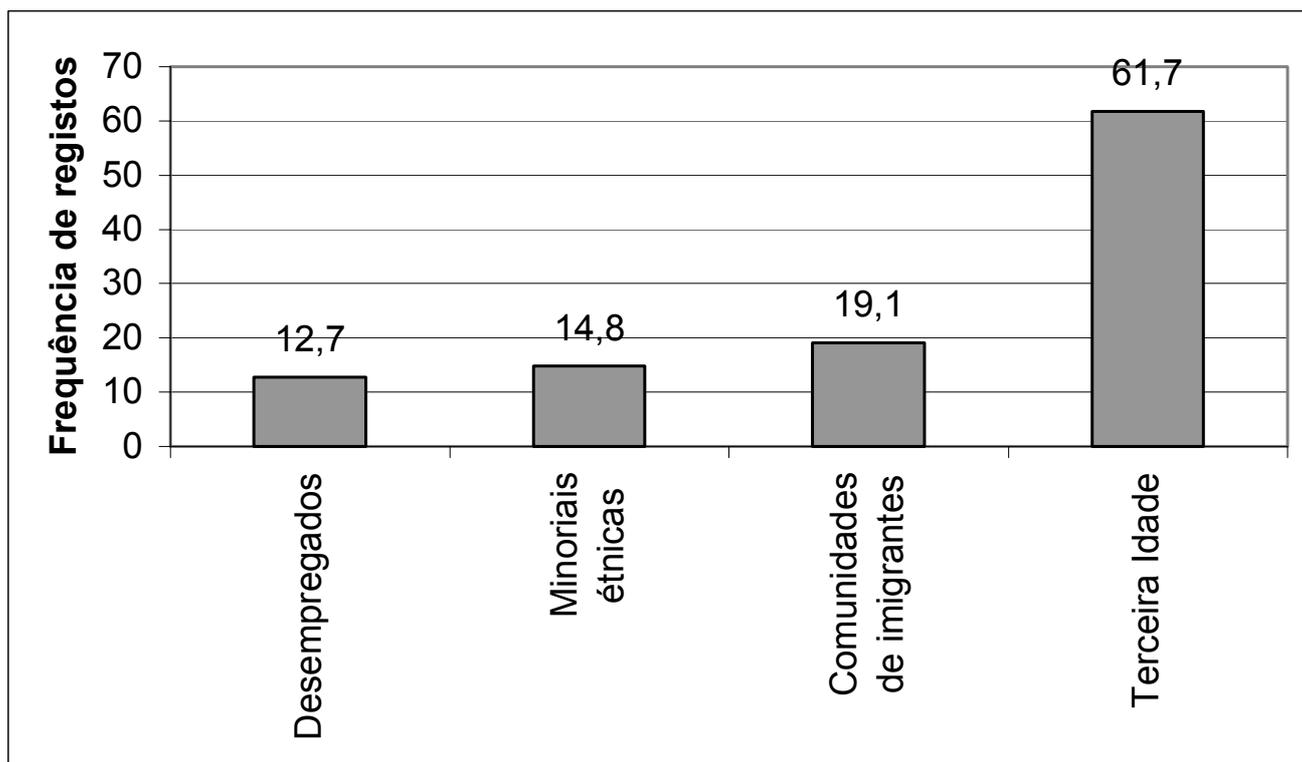
Número igualmente ilustrativo das escassas preocupações com a divulgação das actividades é aquele que se reporta ao valor percentual das unidades que editam boletins próprios e *newsletter*, menos de um terço do total cerca de 30% para as primeiras, e 10,6% para a segunda;

e isto ao contrário daquilo do que seria de esperar de organismos que detêm especiais responsabilidades na promoção da informação com recurso à informatização e utilização das Tecnologias da Informação e Comunicação. Decorre da sua missão, de acordo com o

Manifesto, “Facilitar o desenvolvimento da capacidade de utilizar a informação e a informática” [41]. Parece-nos esclarecedor, enquanto valor residual, o número de bibliotecas que recorrem aos mais modernos e actuais meios de divulgação das suas actividades, numa sociedade que se diz da informação.

Consideramos bastante importantes os dados recolhidos a respeito das actividades desenvolvidas para grupos minoritários. No que

a este assunto diz respeito, o grupo preferencial é ocupado pela terceira idade (61,7%), podendo este estar relacionado com o agravamento da taxa de envelhecimento da população portuguesa em geral, que faz deste grupo que de minoritário tem pouco. Por seu lado, as actividades de promoção da cidadania dirigidas a outros grupos minoritários, em qualquer dos núcleos considerados chega a atingir os 20% do total.



**Gráfico 7 - Actividades para grupos minoritários**

Tal é o caso das acções dirigidas a comunidades imigrantes (19,1%) e a minorias étnicas (14,8%). O pior desempenho é o dirigido aos desempregados com apenas 12,7%. Neste caso devemos reparar que se relaciona com a não generalização da oferta de espaços e programas para auto-formação e, eventualmente, uma menor actividade desenvolvida em cooperação

com organismos oficiais com efectivas responsabilidades. Pode também este valor dever-se à debilidade dos instrumentos de difusão da informação.

#### **Balço Final**

Nas actuais sociedades democráticas e desenvolvidas o direito à informação é um direito constitucionalmente consagrado. As

bibliotecas públicas são um instrumento social de informação e conhecimento. Por conseguinte, não devem descurar aspectos tão relevantes quanto o incremento e a utilização dos serviços básicos, tecnológicos e profissionais que apoiem a aprendizagem permanente e o uso autónomo da informação por parte dos seus utilizadores e clientes. Numa sociedade em constante mutação, impõem-se que a biblioteca pública adopte um novo estilo de gestão e desenvolva uma cultura organizacional própria e ajustada à realidade social envolvente. Por seu lado, as inovações tecnológicas e culturais ao proporcionarem a criação de um conjunto de novos serviços, conduziram a um ajuste entre as áreas tradicionais de intervenção bibliotecária e as mais recentes inovações. Daí que a imagem de marca institucional deva considerar a melhoria da relação entre espaço cívico e ciber espaço, perspectivando a satisfação das necessidades do utilizador no futuro [42].

Nesta época de agitada mudança, a biblioteca como serviço público, dispõe de particulares condições para transformar as estruturas sociais, e por isso mesmo, deveria ser considerada pelas instâncias políticas com um instrumento de mudança dos indivíduos e das comunidades.

Actualmente, as bibliotecas públicas, pela disponibilidade dos serviços vinculados às novas tecnologias que dispõem, estão a contribuir para a promoção de uma alteração do perfil social dos grupos minoritários de

indivíduos que a elas recorrem. A biblioteca é um serviço público estreitamente ligado aos direitos básicos do cidadão; neste sentido, os poderes públicos, deveriam providenciar as condições necessárias para que as bibliotecas, enquanto organizações de serviço público, melhor respeitem o *contrato social* que, formalmente, detêm com todos os cidadãos.

Estes são em nosso entender os principais desafios com que, actualmente, se debatem as unidades em análise. Porém, a realidade que fomos observando, muito embora no plano dos princípios não os contradiga, as práticas culturais e sociais da Biblioteca globalmente consideradas, parecem apontar para dificuldades e algumas ambiguidades derivadas, o mais das vezes, presumimos, da precariedade de ajuste entre os constrangimentos identificados e a capacidade de os ultrapassar. Quanto aos poderes públicos parecem revelar uma sensibilidade a estas questões, projectando intervenções não só necessárias como urgentes, mas ao que parece insuficientemente adaptadas no tempo. Por seu lado, supomos que no nosso país ainda não tenhamos atingido o patamar da uniformização dos serviços básicos, técnicos e tecnológicos (conforme referimos a generalidade das bibliotecas apenas possui um bibliotecário), podendo este ponto constituir um factor impeditivo do desempenho adequado das responsabilidades sociais e cívicas da biblioteca nos nossos dias.

#### NOTAS

1. LÓPEZ LÓPEZ, Pedro e MORILLO CALERO, María Jesús - Derecho a la información y democracia en el marco de la globalización neoliberal: Bibliotecas, Archivos y Medios de comunicación de massas. In: LÓPEZ LÓPEZ, Pedro e GIMENO PERELLÓ, Javier. (Coords.) - *Información, conocimiento y bibliotecas en el marco de la globalización neoliberal*. Gijón: Ediciones Trea, 2005, p.16.

2. Manifiesto IFLA/UNESCO sobre Bibliotecas Públicas 1994. In: *Os Serviços da Biblioteca Pública. Directrizes da IFLA / UNESCO*. Lisboa: Caminho, 2003. pp.117-118.

3. Sobre o aparecimento e evolução do conceito ver por todos o artigo de ABAD AMORÓS, María Rosa, - Ciberseguridad: un compromiso de los Estados a partir de la Cumbre Mundial sobre la Sociedad de la Información (CMSI). Ginebra, 2003. In: LÓPEZ LÓPEZ, Pedro e

- GIMENO PERELLÓ, Javier. (Coords.). - *Información, conocimiento y bibliotecas en el marco de la globalización neoliberal*. Gijón: Ediciones Trea, 2005, pp. 250-255.
4. CHARTIER, Roger (Org.) - *Pratiques de Lecture*. Marseille: Rivages, 1985.
5. CHARTIER, Roger - *A ordem dos livros*. Lisboa : Vega, 1997.
6. LOZANO DIAZ, Roser - *La Biblioteca pública del siglo XXI: atendiendo clientes, movilizandolos personas*. Gijón: Ediciones Trea, 2006, p. 17.
7. Em 1976, Daniel Bell publicou *The Coming of Post-Industrial Society*, onde previu o aparecimento de uma sociedade pós industrial, em que o grupo dominante seria constituído pelos que detém o conhecimento. Para Bell a sociedade do futuro será dominada pela ciência e o conhecimento, o que acarretará uma extraordinária mudança técnica e social. Esta teoria foi particularmente difundida, na nova geração de intelectuais, políticos e economistas dos anos 80 e 90. BELL, Daniel - *The Coming of Post-Industrial Society: A Venture in Social Forecasting*, s/l.: Basic Books, 2001 (a 1ª edição é de 1976).
8. JOHANNOT, Yvonne - *Tourner la page: livre, rites et symboles*. Grenoble: J. Million, 1994.
9. ROSA, Joaquim Coelho - Literacia, educação e cidadania. In: MOURA, Helena Cidade (Org.). - *Diálogos com a Literacia*. Lisboa: Associação de Defesa e Promoção dos Direitos dos Cidadãos, 2005, pp. 37-39.
10. LAHIRE, Bernard, - *L'invention de l'«illettrisme»*. *Rhétorique publique, éthique et stigmates*. Paris: La Decouverte, 1999.
11. Cfr. por todos, “Ler”, “Letra” e Leitura”(2003). In: *Dicionário HOUAISS da Língua Portuguesa*, vol. IV, Lisboa: Círculo de Leitores, pp. 2253, 2260 e 2262.
12. VENTURA João J. B. - *Bibliotecas e Esfera Pública*. Lisboa: Celta Editora, 2002, p. 39.
13. POUSTIE, Kay, - *Un centro de conocimiento para la comunidad, una nueva función para la biblioteca pública*. Barcelona: Fundación Bertelsmann, 2000, p. 13.
14. Idem, *Ibidem*, p. 13.
15. As correntes mais recentes defendem a distinção entre funções principais e funções secundárias. Cfr. por todos Shearer *cit. in* Poustie, 2000, pp. 13 e ss.
16. POUSTIE, Kay, *ob. cit.*, pp. 13-14.
17. SAVATER, Fernando - *A Coragem de Escolher*. «O núcleo essencial de tudo o que escrevi». Lisboa: Dom Quixote, 2004, p. 128.
18. O termo designa a parte interessada ou interveniente num processo, tais como, bibliotecários, investigadores educadores, leitores, utilizadores e agentes políticos,... no sentido de permitir um equilíbrio de forças e a minimização dos riscos e impacto negativos na execução do mesmo.
19. LOZANO DIAZ, Roser - *La Biblioteca pública del siglo XXI: atendiendo clientes, movilizandolos personas*. Gijón: Ediciones Trea, 2006, p. 21.
20. Idem, *Ibidem*, pp. 21 -22.
21. Sobre esta alteração de paradigma organizacional hierárquico para o paradigma actual que promove as relações de cooperação interfuncionais de perfil horizontal, ver por todos DRUCKER, P. F. - *La sociedad postcapitalista*. Barcelona: Apóstrofe, 1993 e PETERS, T. - *Nuevas organizaciones en tiempos de caos*. Bilbao: Deusto, 1994.
22. *Manifiesto IFLA/UNESCO sobre Bibliotecas Públicas 1994....*, p. 118.
23. Hilário Hernández, “Leitura e Información en las Bibliotecas Públicas” <disponível em linha> <http://www.evora.net/bpe/2005> [consultado em 20 de Junho de 2006].
24. ABAD AMORÓS, María Rosa, *ob. cit.*, 251.
25. GÓMEZ HERNÁNDEZ, Jose Antonio e LICEA DE ARENAS, Judith - El compromiso de las bibliotecas con el aprendizaje permanente. La alfabetización informacional. In: LÓPEZ LÓPEZ, Pedro e GIMENO PERELLÓ Javier (Coords.) - *Información, conocimiento y bibliotecas en el marco de la globalización neoliberal*. Gijón: Ediciones Trea, 2005. pp. 145.
26. O Programa PLAIL (Public libraries and independent learners) pretende desenvolver a

promoção da leitura independente de adultos (cfr., *infra*, n. 37).

27. POUSTIE, Kay, *ob. cit.*, p. 16.

28. As principais vertentes do projecto são: Acesso público gratuito em banda larga, Novos canais de comunicação, Ferramentas de gestão para as bibliotecas municipais <disponível em linha> <http://rcbp.iplb.pt/projecto.htm#vertentes>

29. Cfr. por todos LÓPEZ LÓPEZ, Pedro e MORILLO CALERO, María Jesús, *ob. cit.*, pp. 15-56.

30. *Manifesto da IFLA/Unesco sobre Bibliotecas Públicas 1994...*, pp. 117-119.

31. POUSTIE, *ob. cit.*, p. 17.

32. Cfr. por todos Normas ISO 9000 e 9001.

33. De acordo com LÓPEZ LÓPEZ, Pedro e MORILLO CALERO, María Jesús, aos poderes públicos, criados para proteger os direitos de cidadania, compete resistir à ameaça da globalização neo-liberal a esses direitos humanos historicamente conquistados. Cfr. por todos, *ob. cit.*, 15-56.

34. *Manifesto da IFLA/Unesco sobre Bibliotecas Públicas 1994...*, pp. 118.

35. Cfr. por todos, MAUGER, Gérard et POLIAK, Claude F. que classificam a leitura em três categorias irredutíveis: numa primeira consideram a leitura estética, ou seja, o ler por ler, ou o que os autores designam de leitura pura. Igualmente considerada dentro desta categoria encontra-se a leitura de divertimento que é feita por evasão. Uma segunda classe, é a abrangida pela leitura didáctica que tem por finalidade a aprendizagem; e a terceira e última categoria, é a da leitura de obrigação destinada ao aperfeiçoamento (*Les usages sociaux de la lecture*. Actes da la Recherche en Sciences Sociales, 1998, nº 123, pp. 3-24 ).

36. Divisão de Difusão do livro e Promoção da Leitura (2004). Projectos de promoção da leitura. 1. Programa de Itinerâncias <disponível em linha> [http://www.iplb.pt/pls/diplb!/get\\_page?xid=1807](http://www.iplb.pt/pls/diplb!/get_page?xid=1807).

37. Veja-se o Programa PLAIL (Public libraries and independent learners) promovido pela Comunidade Europeia no sentido de promover acções cujo objectivo é proceder a uma abordagem dos serviços das bibliotecas

públicas; a promoção da leitura independente de adultos e a preparação e aperfeiçoamento das aptidões dos respectivos recursos humanos. <disponível em linha> <http://cordis.europa.eu/libraries/en/projects/plail.html>.

38. Cfr., *supra*, n. 37.

39. ALVES, Jorge, - Literacia e modernização económica. In: MOURA, Helena Cidade Moura (Org.). - *Diálogos com a Literacia*, Lisboa: Associação de Defesa e Promoção dos Direitos dos Cidadãos, 2005, pp. 15-22.

40. *Manifesto da IFLA/Unesco sobre Bibliotecas Públicas 1994...*, p. 118.

41. *Idem*.

42. MOLZ, Redmond Kathleen e DAIN, Phyllis - *Civic Space/Cyberspace: The American Public Library in the Information*. Massachusetts: Massachusetts Institute of Technology, 1999.

## BIBLIOGRAFIA

ABAD AMORÓS, María Rosa - Ciberseguridad: un compromiso de los Estados a partir de la Cumbre Mundial sobre la Sociedad de la Información (CMSI). Ginebra, 2003. In: LÓPEZ LÓPEZ, Pedro e GIMENO PERELLÓ, Javier. (Coords.). *Información, conocimiento y bibliotecas en el marco de la globalización neoliberal*. Gijón: Ediciones Trea, 2005. pp. 249-273.

ALVES, Jorge - Literacia e modernização económica. In: MOURA, Helena Cidade Moura (Org.). *Diálogos com a Literacia*, Lisboa: Associação de Defesa e Promoção dos Direitos dos Cidadãos, 2005, pp. 15-22.

BELL, Daniel - *The Coming of Post-Industrial Society: A Venture in Social Forecasting*, s/l.: Basic Books, 2001 (a 1ª edição é de 1976).

GARZIA, Asta e PAOLO, Federighi, (eds.), *El Público y la Biblioteca: Metodologías para la Difusión de la Lectura*, Gijón: Ediciones Trea, 2000.

BAUDELLOT, Christian ; CHARTIER, Marie e DETREZ, Christine - *Et pourtant, ils lisent*. Paris : Seuil, 1999.

- CHARTIER, Roger - *A ordem dos livros*. Lisboa : Vega, 1997.
- CHARTIER, Roger - Les Pratiques de l'écrit. 1985. In : DUBY, Georges e ARIÈS, Philippe (Org.). *Histoire de la Vie Privée - De la Renaissance aux Lumières*, vol. 3, Paris : Seuil, 1986, pp. 109-158.
- CHARTIER, Roger (Org.) - *Pratiques de Lecture*, Marseille: Rivages, 1985.
- DIRECTRICES IFLA / UNESCO para o desenvolvimento do serviço de bibliotecas públicas*. Philip Gill (Dir.), Santiago de Compostela: Xunta de Galicia, 2002.
- DRUCKER, P. F. - *La sociedad postcapitalista*. Barcelona: Apóstrofe, 1993.
- FUENTES Juan José - *Evaluación de bibliotecas y centros de documentación e información*. Gijón: Ediciones Trea, 1999.
- GÓMEZ HERNÁNDEZ, Jose Antonio e LICEA DE ARENAS, Judith - "El compromiso de las bibliotecas con el aprendizaje permanente. La alfabetización informacional". In: *Información, conocimiento y bibliotecas en el marco de la globalización neoliberal* (LÓPEZ LÓPEZ, Pedro e GIMENO PERELLÓ Javier [Coords.]). Gijón: Ediciones Trea, 2005. pp. 145-180.
- JOHANNOT, Yvonne - *Tourner la page: livre, rites et symboles*. Grenoble: J. Million, 1994.
- LÓPEZ LÓPEZ, Pedro e GIMENO PERELLÓ, Javier. (Coords.) - *Información, conocimiento y bibliotecas en el marco de la globalización neoliberal* Gijón: Ediciones Trea, Ediciones, 2005.
- LAHIRE, Bernard - *L'invention de l'«illettrisme»*. *Rhétorique publique, éthique et stigmates*. Paris. La Decouverte, 1999.
- LANCASTER, F. W. - *Avaliação de Serviços em Bibliotecas*. Brasília: Briguet de Lemos, 2004.
- LÓPEZ LÓPEZ, Pedro e MORILLO CALERO, María Jesús - "Derecho a la Información y democracia en el marco de la globalización neoliberal: Bibliotecas, Archivos y medios de comunicación de masas". In: LÓPEZ LÓPEZ, Pedro e GIMENO PERELLÓ, Javier (Coords.). *Información, conocimiento y bibliotecas en el marco de la globalización neoliberal*. Gijón: Trea Ediciones, 2005. pp. 15-56.
- LOZANO DIAZ, Roser - *La Biblioteca pública del siglo XXI: atendiendo clientes, movilizandolos personas*. Gijón: Ediciones Trea, 2006.
- MAUGER, Gérard et POLIAK, Claude F. - *Les usages sociaux de la lecture*. Actes da la Recherche en Sciences Sociales, 1998, n° 123, pp. 3-24.
- Manifiesto IFLA/UNESCO sobre Bibliotecas Públicas 1994. In: *Os Serviços da Biblioteca Pública. Directrizes da IFLA / UNESCO*. Lisboa: Caminho, 2003. pp.117-120.
- MOLZ, Redmond Kathleen e DAIN, Phyllis - *Civic Space/Cyberspace: The American Public Library in the Information*. Massachusetts: Massachusetts Institute of Technology, 1999.
- MOURA, Helena Cidade (Org.) - *Diálogos com a Literacia*. Lisboa: Associação de Defesa e Promoção dos Direitos dos Cidadãos, 2005.
- PETERS, T. - *Nuevas organizaciones en tiempos de caos*. Bilbao: Deusto, 1994.
- POUSTIE, Kay - *Un centro de conocimiento para la comunidad, una nueva función para la biblioteca pública*. Barcelona: Fundación Bertelsmann, 2000.
- ROSA, Joaquim Coelho - "Literacia, educação e cidadania" In: MOURA, Helena Cidade (Org.). *Diálogos com a Literacia*. Lisboa: Associação de Defesa e Promoção dos Direitos dos Cidadãos, 2005, pp. 37-39.
- SAVATER, Fernando - *A Coragem de Escolher*. «O núcleo essencial de tudo o que escrevi». Lisboa: Dom Quixote, 2004.
- IFLA / UNESCO - Os Serviços da Biblioteca Pública. Directrizes da IFLA / UNESCO*. Lisboa: Caminho, 2003.
- STEINER, Georges - *Gramáticas da criação*. Lisboa: Relógio d'Água, 2002.
- USHERWOOD, Bob - *A Biblioteca Pública como conhecimento público*. Lisboa: Caminho, 1999.
- VENTURA João J. B. - *Bibliotecas e Esfera Pública*. Lisboa: Celta Editora, 2002.

**INQUÉRITO ÀS BIBLIOTECAS  
DA REDE NACIONAL DE LEITURA  
PÚBLICA**

Informações gerais:

1. Qual o número de habitantes do Concelho?
2. Qual o número de leitores inscritos na Biblioteca?
3. Tipos de acções realizadas no ano de 2005: (Assinale com X ‘Sim’ ou ‘Não’)
  - 3.1. Acções de promoção da leitura tipo ‘Hora do Conto’? Sim\_\_ Não\_\_
  - 3.2. Comunidade de Leitores? Sim\_\_ Não\_\_
  - 3.3. Lançamento de Livros? Sim\_\_ Não\_\_
  - 3.4. Conversas com Autores? Sim\_\_ Não\_\_
  - 3.5. Actividades direccionadas para pais? Sim\_\_ Não\_\_
  - 3.6. Actividades direccionadas para encarregados de educação? Sim\_\_ Não\_\_
4. Formação para a cidadania:
  - 4.1. Acções de formação de Utilizadores de Biblioteca? Sim\_\_ Não\_\_
  - 4.2. Acções de formação? Sim\_\_ Não\_\_
  - 4.3. Colóquios/Debates Político-Social? Sim\_\_ Não\_\_
  - 4.4. Possui espaços para programas de auto-formação? Sim\_\_ Não\_\_
  - 4.5. Disponibiliza o espaço para reuniões de cidadãos? Sim\_\_ Não\_\_

4.6. Realizou acções de informação sobre temas da actualidade? Sim\_\_ Não\_\_

4.6.1. Desenvolveu alguma acção com organismos das áreas da:

4.6.2. Saúde? Sim\_\_ Não\_\_

4.6.3. Economia ou Finanças? Sim\_\_ Não\_\_

4.6.4. Emprego e Segurança Social? Sim\_\_ Não\_\_

4.6.5. Direito do Consumo? Sim\_\_ Não\_\_

4.6.6. Igualdade de Género? Sim\_\_ Não\_\_

4.6.7. Ambiente? Sim\_\_ Não\_\_

4.6.8. Segurança? Sim\_\_ Não\_\_

5. Ligações a outros organismos ou utilização de meios de promoção das actividades desenvolvidas na unidade:

5.1. Tem protocolos com organismos oficiais de informação/formação? Sim\_\_ Não\_\_

5.2. Edita boletim em papel? Sim\_\_ Não\_\_

5.3. Edita *newsletter*? Sim\_\_ Não\_\_

6. Actividades para grupos minoritários:

6.1. Produz informação direccionada a desempregados? Sim\_\_ Não\_\_

6.2. Minorias Étnicas? Sim\_\_ Não\_\_

6.3. Comunidades Imigrantes? Sim\_\_ Não\_\_

6.4. Terceira Idade? Sim\_\_ Não\_\_

Muito obrigado pela sua colaboração!